

NOTA DE REPÚDIO À AÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO CONTRA OS TRABALHADORES DO CAMPO

4 de setembro de 2015

No dia 31/08/15 uma força policial ostensiva foi enviada ao acampamento Padre José Ten Caten, em Jaciara-MT, para cumprir a ordem de despejo dos Trabalhadores Sem Terra da fazenda Nossa Senhora Aparecida (do Grupo Amaggi), emitida pela juíza Adriana Sant'anna Coningham. O discurso oficial do governo do estado é de que seria uma desocupação pacífica e os integrantes do MST, acampados e organizados, estavam caminhando nessa direção.

Todavia, o clima, sentido na pele dos que estavam presentes, era de tensão e muita violência. Ao todo, estima-se 800 famílias acampadas. Destas, cerca de 100 foram impedidas pela polícia de entrar no acampamento e tiveram que ficar na beira da estrada sem água, comida ou roupas limpas; uma verdadeira demonstração do descaso e da indiferença do poder policial e do estado para com o trabalhador.

A segurança da propriedade do grupo AMAGGI, e apenas dela, era a palavra de ordem a guiar a exagerada força policial movida. Helicóptero, viaturas, tropa de choque, ROTAM, GOE, cavalaria, bombeiros e SAMU, ou seja, um verdadeiro cenário de guerra foi montado para intimidar as pessoas que o estado devia cuidar, na sua maioria, desempregados sem nenhuma perspectiva de futuro, abandonados pelo estado e que o MST reuniu e organizou para iniciar uma luta por terra e melhores condições de vida para si e para o conjunto da sociedade.

O discurso de paz, vindo do gabinete da Casa Civil, não chegou aos ouvidos do comandante da operação, Coronel Tadeu. Sua arbitrariedade foi ímpar e o fato de a polícia não abrir fogo contra os acampados não pode ser critério para decidir se a operação foi pacífica ou não. A humilhação dos acampados foi nítida.

Mesmo com ordens de liberação das entradas ainda na tarde do dia 31, o Coronel Tadeu negou cabalmente o livre trânsito e disse que só permitiria a entrada dos acampados na manhã do dia seguinte. O horário informado pelo coronel era 07 da manhã. Todavia, contrariando a própria palavra, os acampados só puderam entrar às 10:30 da manhã do dia 01.

Sem comida, sem água e roupas limpas para o momento; muitos, oriundos de cidades como Campo Verde não tinham onde pernoitar, mas diante da arrogância e desumanidade da polícia, foram obrigados a se resignarem aos caprichos de um “coronel”, num ato desmedido de completa violência, pois o próprio estava ciente das condições dos acampados e do acordo com a Casa Civil.

Até onde manter sua arbitrariedade não passou de um capricho soberbo, inconsequente e irresponsável ou é estratégia da polícia do estado para lidar com o povo? Ou será que o estado não cumpre seus acordos? Perguntas para o governador Pedro Taques responder, se tiver um mínimo de consideração pelo povo que ali estava e por todos aqueles que apoiam a luta desse povo por dignidade humana.

Outro fato revoltante foi o impedimento do ônibus escolar entrar no acampamento para devolver as crianças, que saíram cedo para a escola, aos seus pais. As crianças foram encaminhadas para o abrigo municipal de onde só saíam com o comparecimento dos pais, que por sua vez, estavam impedidos de ir ao abrigo por conta do cerco montado pela polícia ao acampamento.

Violência, desrespeito, desumanidade, crueldade e perversidade não dão conta do que foi essa ação, pois que risco seria a entrada das crianças ao acampamento? E não aceitamos nenhuma justificativa que ouse argumentar que se agiu pensando no bem-estar das crianças, pois o bem-estar delas seria garantido facilmente com uma atuação humanizada da polícia, mas não parecia ser essa a

intenção do dia.

Por estas e outras, questionamos, até que ponto houve uma operação pacífica; ou não passou de uma demonstração do poder do estado disposto a manter o latifúndio e o agronegócio que financia as candidaturas por essas terras de Mato Grosso. Repudiamos tais ações e reivindicamos o direito a um processo justo e participativo de reforma agrária, pois mais uma vez se demonstrou que por aqui o agronegócio manda e desmanda e possui à disposição o estado e seu aparato intimidador como o que testemunhamos na segunda-feira do dia 31 de agosto de 2015.

Movimento Nacional de Direitos Humanos

ADUFMAT

Núcleo Tereza de Benguela

Consulta Popular – MT

Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)

Articulação de Mulheres Brasileiras – RJ

Articulação de Mulheres do Amapá

Articulação de Mulheres do Amazonas

Articulação de Mulheres do Mato Grosso do Sul

Articulação de Mulheres do Mato Grosso

Articulação de Mulheres Brasileiras- Rio de Janeiro

Articulação de Mulheres Brasileiras – São Paulo

Fórum Cearense de Mulheres

Fórum Goiano de Mulheres

Fórum Estadual de Mulheres Maranhenses

Fórum Estadual de Mulheres do Piauí

Fórum Estadual de Mulheres do Rio Grande do Norte

Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense – FMAP

Fórum de Mulheres do Distrito Federal e Entorno

Fórum de Mulheres do Espírito Santo

Fórum de Mulheres de Lauro de Freitas (BA)

Fórum de Mulheres de Manaus

Fórum de Mulheres de Pernambuco

Fórum de Mulheres de Santa Catarina

Fórum de Mulheres de Sergipe

Fórum de Mulheres do Tocantins

Núcleo de Mulheres de Roraima

Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba